



Brasil: Uma Oportunidade Histórica para Exercer a Liderança **Dr. Arturo C. Porzecanski¹**

Esse ano, o Brasil tem à sua frente uma verdadeira oportunidade histórica para exercer uma forte liderança regional e global – uma grande oportunidade que nunca antes se apresentou, e que não deveria ser desperdiçada por representar avanço significativo para o povo brasileiro. No entanto, é necessário que o Brasil dê um grande passo a frente, abandonando alianças anacrônicas para ocupar seu lugar entre as nações mais poderosas do mundo.

Para aproveitar essa oportunidade única, o governo e a comunidade empresarial precisam juntar suas forças para modernizar a política econômica externa, das seguintes formas:

- (1) O Brasil deve reduzir seu perfil de “terceiro-mundista”, distanciando-se dos regimes autocráticos da Argentina e da Venezuela e, ao mesmo tempo, construindo alianças com as mais importantes potências econômicas mundiais – principalmente com os Estados Unidos;
- (2) Começar a expressar pontos de vista e a adotar políticas que reforçam a liderança regional do Brasil na América do Sul; e
- (3) Demonstrar apoio ao proeminente brasileiro Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC, assumindo uma postura nova e construtiva na próxima reunião ministerial da OMC, que ocorrerá em Bali, em dezembro deste ano.

Desde os anos 80, a política econômica externa do Brasil tem se baseado na crença de que o país não poderia defender adequadamente seus interesses nacionais no comércio internacional e outras negociações, a não ser por meio da constituição de um bloco de apoio com países da América do Sul e da África de

¹O Professor Porzecanski é Renomado Economista Residente e Diretor do Programa de Relações Econômicas Internacionais da Escola de Serviço Internacional da American University, e Senior Associate do Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), ambos em Washington, DC. Texto para ser apresentado no evento “Seminário Brasil-Argentina: Desafios e Oportunidades”, Câmara dos Deputados, Brasília, no dia 13 de junho de 2013.

fala portuguesa. O conceito era que esses países poderiam endossar os objetivos da política exterior brasileira e, dessa forma, aumentar a sua credibilidade e poder de barganha em vários fóruns internacionais.

Nunca considerei essa estratégia inteligente ou realista; e, com certeza, não foi esse o caminho seguido pelos países que alcançaram um papel de liderança regional ou mundial ao longo da história. Estes países atingiram seus objetivos, seja pela via militar, pelo sucesso econômico, ou ainda pela influência de sua superioridade cultural ou tecnológica – ou até por alguma combinação desses aspectos. Mesmo países como a Austrália, China, Índia, Coreia do Sul e México tornaram-se influentes sem perder tempo criando alianças regionais; conquistaram posições por seus próprios méritos.

Mas muito tempo se passou desde os anos 80, e ao olharmos para trás, podemos chegar a uma conclusão firme: os países da América do Sul e da África, aos quais o Brasil decidiu se associar, não trouxeram contribuições tangíveis para a posição ou o grau de influência que o Brasil atingiu no mundo.

De fato, eu diria que o MERCOSUL e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa distraíram tanto o governo brasileiro como a sua comunidade empresarial, de objetivos e mercados muito mais importantes, fazendo com que perdessem oportunidades de exercer uma liderança regional e mundial.

Durante muitas décadas, o Brasil optou por esperar a consolidação de um bloco regional de apoio para então sentar-se e negociar uma temática variada com a China, Europa, Japão e Estados Unidos. Enquanto isso, vários países avançaram, desempenhando uma política externa impressionante e atingindo outros objetivos, baseados em suas próprias realizações, sem o auxílio de alianças regionais.

Tomemos o exemplo dos acordos comerciais bilaterais. O Chile e a Colômbia negociaram cada um, acordos comerciais com mais de 60 países; o México e o Peru, com mais de 50 países. Essas nações têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos, União Europeia e com os mais importantes países da Ásia, além de vários acordos de promoção de investimentos e proteção, com dezenas de parceiros ao redor do mundo.

Em nítido contraste, o Brasil negociou e ratificou, direta ou indiretamente, através do MERCOSUL, acordos comerciais praticamente apenas com outros países da

América do Sul, ou então com nações sem relevância comercial como Cuba e Israel, e não ratificou nenhum tratado bilateral de investimentos.

Existe um provérbio em espanhol que afirma: “Diga-me com quem andas que te direi quem és” semelhante ao ditado português: “Um homem é conhecido pelas suas companhias”. E gostem ou não, o Brasil é visto amplamente pelas elites políticas e econômicas internacionais com a reputação prejudicada pelas suas companhias. E as relações mais danosas são as que o Brasil mantém com a Argentina e a Venezuela.

Aqui temos dois países dirigidos por governos cada vez mais autoritários, que administraram mal suas economias ao desencorajar investimentos, ignorar direitos de propriedade através de controles arbitrários de preços, impostos discriminatórios, restrições às importações, desrespeito a contratos, nacionalizações sem compensações, falsificação de estatísticas oficiais, proibição de transações em moeda estrangeira e corrupção desenfreada.

Os governos desses dois países enfraqueceram instituições sociais fundamentais como a imprensa, banco central, sindicatos e o judiciário. Rotineiramente envolvem-se em atos de intimidação e abuso contra líderes políticos, trabalhistas e empresariais que resistem às suas ordens.

No caso da Argentina, em particular, é bem sabido que ações arbitrárias e políticas discriminatórias resultaram em um impacto negativo em todos os países vizinhos e, em especial, no Brasil. Eu não preciso mencionar como o comércio bilateral, o turismo e os investimentos foram prejudicados pelas políticas argentinas, porque casos emblemáticos como os da Vale, Petrobras e, recentemente, a América Latina Logística-ALL, ilustram muito bem o que está muito errado naquele país.

E a situação está se agravando na Argentina e na Venezuela. Tanto Cristina Kirchner como Nicolás Maduro perderam o apoio popular, mas não a sua ambição pessoal política ou seu sonho messiânico. Procuram manter a legitimidade e permanecer no poder por todos os meios possíveis, inclusive perseguindo seus oponentes, amordaçando a imprensa, demonizando os empresários e encorajando a luta de classes.

Entretanto, ambos estão exaurindo os recursos financeiros e fiscais necessários para manter-se no poder, pelos subsídios proporcionados aos seus adeptos nas

classes média e baixa. A inflação está fora de controle, suas economias estão estagnadas, e as moedas que perderam a maior parte de seu valor indicam o esgotamento das políticas de expansão fiscal e monetária. Além disso, os dois países não têm acesso ao mercado internacional de capitais.

A Argentina, como talvez vocês já tenham ouvido, está mais próxima do que nunca de dar calote em seus títulos da dívida externa. O Corte Federal das Apelações dos Estados Unidos provavelmente irá proibir que o governo argentino continue tratando de maneira desigual os seus credores, determinando o pagamento de alguns a em detrimento de outros. Caso Argentina não aceite a determinação da Corte, um novo calote poderá facilmente precipitar um cenário caótico como o de 2002, com corrida bancária, aceleração da inflação, escassez de alimentos, saques em supermercados e manifestações nas ruas.

É por isso que chegou o momento do Brasil distanciar-se dos regimes de Buenos Aires e Caracas. Hoje, Argentina e Venezuela não possuem dos mesmos valores liberais e democráticos caros à sociedade brasileira – sem falar no mesmo entendimento do papel que os setores público e privado devem ter numa economia moderna e globalizada.

O Brasil precisa acompanhar esse distanciamento escolhendo parceiros mais fortes do ponto de vista econômico e ideologicamente compatíveis para as suas relações de negócios, para assim gerar maior prosperidade – parceiros que integrarão as empresas brasileiras nas cadeias globais de produção e de mercado.

Tomemos como exemplo os maiores blocos regionais de comércio formados recentemente. Na América Latina, o acontecimento atual mais interessante é a Aliança do Pacífico, criada há um ano pelo Chile, Colômbia, México e Perú, que há pouco organizou uma cúpula em Cali. A aliança está avançando rapidamente em direção à eliminação de todas as barreiras comerciais remanescentes entre seus membros e à promoção da livre circulação de mercadorias, serviços, capital e mesmo pessoas. Há duas semanas, a Costa Rica aderiu à Aliança, o próximo deverá ser o Panamá, e outras economias voltadas para o mercado, do Canadá ao Uruguai, também já manifestaram interesse.

Esses países desejam conectar-se entre si e também a outros países da Ásia que estão à procura de parceiros confiáveis para as suas cadeias globais de valor. O Brasil até agora não demonstrou interesse em se juntar a esse grupo, embora precise ampliar sua integração industrial com parceiros externos. De outro modo,

as empresas brasileiras não conseguirão gerar empregos de alta qualidade que não dependam dos altos e baixos dos preços das commodities, e nem da eliminação das restrições do comércio mundial de bens agrícolas.

Há ainda a iniciativa de livre comércio da Parceria Trans-Pacífico (TPP) que há pouco tempo realizou uma rodada de negociações em Lima. A TPP abrange os Estados Unidos e mais 10 países, da Austrália e Canadá ao Vietnã, Chile, Peru e México. Recentemente, o Japão manifestou a disposição em fazer concessões para ingressar na TPP, no que parece ser a mais importante iniciativa econômica de integração entre as Américas e o Sudoeste da Ásia. Com a entrada do Japão, a TPP agregaria um conjunto de 12 países, além da possibilidade da adesão da Coreia do Sul, em 2014.

Os países da TPP compartilham o compromisso de concluir um acordo ambicioso que tentará solucionar muitos dos temas que se mostraram extremamente difíceis durante a Rodada de Doha, como regras para o livre comércio de serviços e tecnologia. Entretanto, o Brasil não manifestou interesse em aderir a esse grupo, ainda que ele deva tornar-se um dos maiores do mundo, já que incluirá países que representam 40% do PIB global.

Quando se considera que os Estados Unidos e a União Europeia também estão prestes a iniciar negociações para a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), fica claro para mim que caminhamos em direção a uma economia global formada por vários superblocos: Parceria Trans-Pacífico (TPP), Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), União Europeia, bloco econômico da China com os países vizinhos e, no âmbito da América Latina, a Aliança do Pacífico. Neste cenário, não vislumbro nenhum futuro para o MERCOSUL, considerando o longo tempo que seus membros vêm tentando estabelecer uma área de livre comércio e união aduaneira – e o pouco realizado até agora, especialmente em face dos recentes reverses.

Caso o Brasil deseje permanecer fora dos superblocos porque pretende colocar todas as suas fichas numa abordagem multilateral para a governança mundial do comércio, então o setor privado e o governo brasileiro deverão ser os defensores mais fortes de Roberto Azevêdo e da OMC. Como mencionado antes, para ser coerente com esta aposta, o Brasil precisa desenvolver e mostrar uma atitude nova e construtiva na próxima reunião ministerial da OMC, que ocorrerá em Bali em dezembro deste ano. Sem uma nova atitude de abertura comercial, a Rodada

de Doha provavelmente não será bem sucedida, e seu fracasso deixará o Brasil muito isolado num mundo que será dominado por superblocos.

Esses aspectos me levam a uma sugestão final e mais provocadora: o Brasil também deve avaliar a possibilidade de se tornar um parceiro estratégico dos Estados Unidos.

Sei que isso é considerado uma heresia por muitos líderes intelectuais e políticos aqui no Brasil. Entretanto, deixe-me assegurar-lhes que os Estados Unidos mudaram muito nos últimos anos. Já não têm mais um projeto hegemônico para a América Latina e reconhecem que cada país do hemisfério é diferente e merece ser respeitado como tal. Acredito sinceramente que os Estados Unidos estão prontos para uma relação madura com o Brasil, com base numa agenda ampla, que não se restringe apenas à prevenção do terrorismo ou ao controle do tráfico de drogas.

O vice-presidente norte-americano Joe Biden deixou isso claro quando esteve aqui, há dez dias: o presidente Obama acredita que existe uma incrível oportunidade para uma nova era de relacionamento entre os Estados Unidos e o Brasil. Por isso, convidou pessoalmente a presidente Dilma Rousseff para ir a Washington em outubro, na única visita de estado que o presidente Obama receberá este ano – a primeira visita de estado a Washington feita por um presidente brasileiro desde 1995, e a primeira do segundo mandato de Obama.

Mas para dizer o óbvio, como Biden falou, cabe ao Brasil decidir se aproveitará as possibilidades que se abrirão com essa visita de alto nível e aceitar as responsabilidades que poderiam advir como consequência do desenvolvimento de uma parceria estratégica com o país mais poderoso do mundo.

Será que o Brasil está pronto para distanciar-se dos maus parceiros da América do Sul e entrar numa nova e promissora parceria estratégica com a América do Norte e ir além? Eu sinceramente espero que sim. Como no futebol, se você quer jogar na Primeira Divisão, você deve deixar de jogar na Segunda Divisão. Chegou o momento para o Brasil apostar alto.